

A política educacional da Reforma educativa peruana (1968-1975): participação e contribuições de Paulo Freire

Kildo Adevair dos Santos (UFRN)

E-mail: kildo.santos@ufrn.br

O presente trabalho se insere no campo dos estudos sobre educação e pesquisa na América Latina, no contexto das investigações sobre as fontes pedagógicas da região e suas contribuições para as pesquisas sobre gestão e políticas educacionais.

Considerando os aportes teóricos e práticos de Paulo Freire, no que tange aos estudos sobre política e gestão educacional, constatou-se uma baixa incidência de estudos sobre estas temáticas. Neste contexto, os objetivos desta investigação foram identificar e analisar as contribuições do pensamento educativo freiriano para a política educacional implementada pela Reforma Educativa, durante o Governo Revolucionário das Forças Armadas, de Juan Velasco Alvarado, no Peru, entre os anos de 1968 e 1975.

Metodologicamente, o estudo foi desenvolvido por métodos qualitativos de coleta de dados e técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Estes aspectos metodológicos nos permitiram analisar os documentos "Reforma da educação peruana: informe geral" e a "Lei Geral de Educação de 1972"; assim como os textos do filósofo peruano Augusto Salazar Bondy¹, voltados para a educação, e os artigos onde este filósofo comunicou os fundamentos e fins da Reforma, reunidos na obra *La educación del hombre nuevo: la reforma educativa peruana* (1976). Também foram fontes importantes: o livro *¿Qué es y cómo*

¹Salazar Bondy foi a figura central na Reforma Educativa Peruana, a qual teve início com a instituição da Comissão da Reforma, em 1968, presidida por Emílio Barrantes. Devido ao destacado trabalho como intelectual na Universidade Nacional Maior de São Marcos e na Comissão da Reforma Educativa, Salazar Bondy chegou à Vice-Presidência, em 1970, e passou a presidi-la a partir do ano de 1971.

funciona la concientización? (1975), trabalho realizado por Paulo Freire e Augusto Salazar Bondy, e a entrevista com Paulo Freire, Ivan Illich e Salazar Bondy, publicada pela revista peruana *Educación* (1971).

A Reforma Educativa Peruana se desenvolveu no marco do denominado "Governo Revolucionário das Forças Armadas (1968-1975)", liderado pelo General Juan Velasco Alvarado, que tomou o poder em outubro de 1968, por meio de um golpe de Estado que derrubou o então Presidente Fernando Belaúnde Terry. Durante os sete anos do governo de Velasco Alvarado, foram desenvolvidas reformas estruturais para o país, as quais foram consideradas nacionalistas e populares, entre elas: reforma agrária; nacionalização das indústrias petrolíferas; nacionalização das empresas mineradoras e de serviços públicos; ampliação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras; reforma educativa; entre outras. Nas palavras de Velasco Alvarado (1973, p. 238), "[...] a reforma Educacional, a mais complexa, todavia, a mais importante de todas, constitui uma necessidade essencial de desenvolvimento peruano e objetivo central de nossa Revolução".

A Comissão da Reforma foi criada em 1969, liderada por Emilio Barrantes e composta por intelectuais como Augusto Salazar Bondy, Walter Peñaloza, Leopoldo Chiappo, Ricardo Morales, entre outros. Em articulação com as outras reformas estruturais, pretendeu reestruturar a sociedade peruana e promover o surgimento da pessoa livre e plenamente participante que se formaria desde o processo de ensino-aprendizagem no marco da pedagogia do "homem novo", com base em três princípios fundamentais: 1) a relação com o mundo: educar para a crítica porque, por meio dela, penetra-se racionalmente no mundo com a possibilidade de transformá-lo; 2) a relação consigo mesmo: educar para a criação, estimulando a invenção e desenvolvendo os meios de expressão de cada pessoa e, assim, enriquecer a realidade; 3) a relação com os demais: cada um dos atos educativos deve

preparar para poder vincular-se com os demais membros da comunidade (SALAZAR BONDY, 1976).

A partir dos princípios mencionados, surgiu a “conscientização crítica” como um dos fins educativos fundamentais da Reforma Educativa, conscientização esta oriunda das contribuições de Paulo Freire e de sua obra. *Pedagogia do oprimido* (2019) e *A educação como prática de liberdade* (2019) fizeram parte das bases da Reforma Educativa Peruana e a influência de Paulo Freire para o desenvolvimento desta serviu como diretriz de orientação teórica para o movimento emergente de educação popular (RUIZ ROBLES, 2016).

Salazar Bondy, nos seus esforços em prol da implementação da Reforma Educativa, contou com a participação pessoal de Paulo Freire, a partir de 1971, em vários seminários realizados no Peru. O objetivo foi trabalhar na formação dos docentes peruanos, na perspectiva de uma educação libertadora, tendo como base o conceito de conscientização e a perspectiva do diálogo, com o propósito de levar o espírito da Reforma Educativa por todo o país. No “Informe Geral da Reforma”, a “conscientização” apareceu definida como: “conscientizar é a tarefa educativa que faz com que o indivíduo tome conhecimento crítico de sua real situação no contexto socioeconômico, permitindo que ele se reconheça como uma entidade social responsável que faz parte de um processo histórico” (MINISTERIO DE EDUCACIÓN, 1970 *apud* SALAZAR BONDY, 1976, p. 47).

Embora a Reforma Educativa Peruana não tenha tido tempo para consolidar-se, devido às mortes de Augusto Salazar Bondy, em 1974, e de Juan Velasco Alvarado, em 1976, ela influenciou os conteúdos dos textos escolares e os discursos histórico-sociais que os docentes implementaram nas escolas, transformando a visão sobre o país. A Reforma colocou foco: nas críticas às injustiças sociais; no domínio dos capitais estrangeiros; e na exploração dos latifundiários sobre os camponeses.

Os resultados da pesquisa indicam que as contribuições de Paulo Freire foram fundamentais no processo de construção e implementação da Reforma Educativa Peruana. O conceito de “conscientização”, desenvolvido por Paulo Freire, representou uma categoria necessária na Reforma Educativa, por isso, foi incluído no Informe Geral da Comissão desta Reforma, assim como na Lei Geral de Educação: Decreto-Lei nº 19.326. O marco teórico da Reforma Educativa inseriu o conceito de “conscientização” freiriano em um processo revolucionário, ou seja, na transformação estrutural da sociedade peruana e apontou que uma educação que não conscientizasse e não trabalhasse no processo de “interconscientização” representaria uma educação para a dominação.

Assim, considera-se que a Reforma Educativa Peruana foi um dos mais importantes projetos de transformação educacional na América Latina durante o século XX e os aportes do pensamento educativo de Paulo Freire estiveram nas bases teóricas da política educacional desta Reforma.

Referências

EDUCACIÓN. Entrevista: Freire-Illich-Salazar Bondy. **Revista Educación. La revista del maestro peruano**, año II, n. 7, 1971.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 75ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

FREIRE, Paulo; SALAZAR BONDY, Augusto. **¿Qué es y cómo funciona la concientización?** Perú: Editorial Causachun, 1975.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. **Ley General de Educación-Decreto: Ley N°19326**, Lima, 1972.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. **Reforma de la educación peruana:** informe general. Lima: 1970.

RUIZ ROBLES, José Eduardo. 2016. **La reforma educativa del gobierno de la fuerza armada del Perú: 1972-1980.** 526 f. Tese (Doutorado em Educação). Departamento de Teoria e Historia de Educação. Universidade Complutense de Madrid, Madrid, 2016.

SALAZAR BONDY, Augusto. **La educación del hombre nuevo.** Buenos Aires: Editorial Paidós, 1976.

VELASCO ALVARADO, Juan. **La Revolución Peruana.** Buenos Aires: Eudeba, 1973.